



GT 53. Índios em cidades e cidades indígenas

Coordenador(es):

José Maurício Paiva Andion Arruti (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Ricardo Ventura Santos (FIOCRUZ)

Debatedor/a: José Carlos Matos Pereira (CBAE/UFRJ)

O tema da migração ou mobilidade indígena para centros urbanos, com as transformações cosmológicas, organizacionais e identitárias nele implicadas é matéria de interesse crescente na antropologia produzida nos EUA, na América Latina e no Brasil. Depois dos primeiros trabalhos sobre o tema na década de 1960, com Cardoso de Oliveira, e na década de 1980 com seus orientandos, o tema praticamente saiu da pauta da antropologia feita no Brasil, para só ser retomado duas décadas depois, em larga medida sob o impacto dos dados produzidos em escala nacional com a introdução da categoria “indígena” na lista de opções de auto-atribuição na pergunta sobre cor ou raça dos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010. Neles registrou-se não apenas um crescimento da população auto-atribuída indígena de praticamente 100% da primeira para a segunda década, como também que esta população estava dividida em proporções praticamente iguais entre áreas rurais e urbanas. Isso impulsionou tanto os estudos demográficos e etnográficos sobre indígenas em situações urbanas, quanto vem renovando o diálogo interdisciplinar. Este GT tem por objetivo reunir trabalhos sobre a situação dos índios em cidades, com a expectativa de construir um panorama sobre o tema, suas abordagens e pautas de trabalho.

O cliente Apinajé: Um estudo sobre as relações sociais de consumo entre indígenas e não indígenas em Tocantinópolis-TO

Autoria: Wellington da Silva Conceição (UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins), Ilana Morais de Sousa

Nesse paper apresentaremos os primeiros resultados de uma pesquisa ainda em curso, que tomou como cerne da sua análise as relações entre indígenas Apinajé e não indígenas comerciantes do centro urbano de Tocantinópolis, cidade da região norte do Estado do Tocantins. Vale ressaltar que a ida aos comércios é o principal motivo que impulsiona os Apinajé a frequentarem regularmente esse espaço. Procuramos identificar e compreender como se dão essas relações sociais ? a partir das práticas de venda e de consumo - entre os indígenas e comerciantes. Para isso, levamos em consideração os conflitos historicamente estabelecidos entre esses grupos em Tocantinópolis, cidade que se destaca pela presença dos indígenas da etnia Apinajé, que chega a formar um total de 10 % da sua população, divididos em aproximadamente 30 aldeias. Além de sua contribuição na formação cultural e histórica da cidade, esse grupo indígena é importante para a sua economia: por serem beneficiários do programa Bolsa Família (recurso que utilizam nos comércios da cidade), e por possibilitarem ao município ? devido ao território de reserva indígena - receber proventos do ICMS ecológico. Para essa pesquisa, utilizamos dois recursos metodológicos: o uso da observação participante em alguns comércios da cidade, reconhecidos pela frequência dos indígenas no local, e entrevistas, com clientes indígenas e comerciantes. No decorrer da pesquisa, percebemos que há um tratamento diferenciado entre clientes, sendo esse indígena ou não indígena. Os apinajé ? no geral - se queixam de pouco tato, desconfiança e práticas acusatórias contra si nos comércios urbanos por parte dos proprietários e funcionários. Os comerciantes questionam as práticas de consumo desses indígenas, desde itens adquiridos (e suas quantidades) quanto às formas de uso e distribuição desses itens praticadas nas aldeias.



Percebemos, conforme registraram DaMatta (XXXX) e Gonçalves (1981) que a relação entre os Apinajé e os demais habitantes de Tocantinópolis é marcada por uma proximidade física, mas também por uma distância social que faz com que esse estar perto não impeça a reprodução de estereótipos e práticas preconceituosas. Partindo da perspectiva de Goffman (1982), acreditamos que aos indígenas citados foi incorporado um estigma por parte da população local, que direciona os olhares e práticas dos não indígenas nessas interações. Reconhecemos ainda, por parte dos Apinajé, práticas de resistência a essa estigmatização, como a classificação dos comércios a partir do grau de preconceito sofrido.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: